



DISCURSO

SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SECCIONAL DA OAB/SP (N. 4.210)

- HOMENAGEM AOS 190 ANOS DA FDUSP
- CONCESSÃO DA MEDALHA CARLOS ROBERTO FORNES MATEUCCI A IVES GANDRA DA SILVA MARTINS
- LANÇAMENTO DO SELO COMEMORATIVO DA XXIII CNAB

São Paulo

28.08.2017

Felipe Sarmento Cordeiro

Diretor Secretário-Geral da OAB Nacional





Estimadas e estimados colegas,

Como representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, é uma enorme satisfação comparecer a esta Casa, no dia de hoje, quando são muitas as razões para nos alegrarmos ante variadas homenagens, todas de singular merecimento.

Em primeiro lugar, celebramos os 190 anos da inauguração da Academia de Direito de São Paulo, criada pela Lei de 11 de agosto de 1827 e instalada, nesse mesmo ano, no Convento dos Frades, localizado no Largo do São Francisco.

A criação dos cursos jurídicos no país marcou uma importante vitória em favor da identidade brasileira, rompendo com a anterior dependência intelectual em relação a Portugal.

Nesse sentido, a Lei de 1827 privilegiou o ensino do direito pátrio, diferentemente do projeto de 1823, que previa a adoção dos regulamentos da Universidade de Coimbra.

1





Tratava-se, conforme descrito pela historiadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, de evidente esforço visando à formação dos *brasilienses*, não mais cedendo aos ditames dos *coimbrãos*.

Passados quase dois séculos, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em sua configuração atual, não se descuida dessa rica tradição. As diversas sociedades docentes e discentes, dentre as quais se destaca a Associação dos Antigos Alunos, mantêm vivo o registro da memória institucional, que ampara o reconhecimento do Largo do São Francisco como um dos grandes bastiões da brasilidade.

Desde a criação da Academia de Direito em 1827, São Paulo consolidou-se como importante centro da educação e da política nacionais, de modo que é impossível ignorar o papel do Largo do São Francisco nos grandes acontecimentos da história do País.





Lembro, por exemplo, a histórica Turma de 1870, que constitui um dos grupos mais iluminados a passar pelos bancos das universidades do País. Rodrigues Alves, Affonso Penna, Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco e Castro Alves: todos eles tiveram papel essencial na modernização do Estado brasileiro, diante dos impasses que tomavam forma na crise do Império.

Cito, igualmente, o Movimento Republicano – responsável pela Proclamação da República –, que foi liderado por egressos dessa Faculdade, como Prudente de Moraes, Campos Salles e Bernardino de Campos.

Exemplo mais recente é o da reabertura democrática. A campanha das *Diretas Já* teve entre seus líderes Ulysses Guimarães e Franco Montoro, dois notáveis graduados do Largo do São Francisco, que contaram, ainda, com o apoio de outro colega: o MHV Mário Sérgio Duarte Garcia, cuja voz foi reverberada desde a OAB, instituição que presidiu entre 1983 e 1985.





Aliás, além do MHV Mário Sérgio Duarte Garcia, seis outros Presidentes do Conselho Federal da Ordem formaram-se nas Arcadas: Haroldo Valladão, Themístocles Ferreira, Laudo de Almeida Camargo, Márcio Thomaz Bastos, José Roberto Batochio, e Rubens Approbato Machado.

Por conseguinte, esta Seccional, que representa quase um terço dos advogados do País, rende merecida homenagem à Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, que muito abrilhanta o Estado de São Paulo.

Em segundo lugar, é justa a concessão da Medalha de Ética Carlos Roberto Fornes Mateucci a Dr. Ives Gandra da Silva Martins, outro notável egresso do Largo do São Francisco.

O estimado professor, que muito admiro, Dr. Ives Gandra da Silva Martins, personifica perfeitamente as virtudes esperadas desse galardão.





Além de irreparável carreira acadêmica e advocatícia, o homenageado demonstra grande engajamento na vida pública nacional, não se esquivando de erguer a voz ou de expressar sua opinião.

Sua participação na Academia Brasileira de Filosofia, como sucessor de Miguel Reale na cadeira de número 30, evidencia seu contínuo compromisso com a busca da verdade – virtude cada vez mais necessária em um momento de grave desconfiança política.

Também é exemplar a sua defesa das causas filantrópicas, tanto por seu engajamento pessoal direto quanto por sua constante crítica aos excessos do poder de tributar, que muitas vezes avança sub-repticiamente sobre patrimônio constitucionalmente resguardado para a sociedade civil.

O Dr. Ives Gandra encarna, assim, o exercício do múnus público que se espera de nossa elevada atividade – não se prostrando diante de injustiças, sejam cometidas contra seus clientes, sejam cometidas contra a sociedade brasileira.





Assim, nada mais adequado, no Mês da Advocacia, que homenagear um advogado exemplar, que constitui referencial para todos nós no exercício de nossa valorosa atividade, sem a qual não há democracia ou justiça.

Por fim, louvo a iniciativa de lançamento do *Selo Comemorativo da 23^a Conferência Nacional da Advocacia Brasileira*, a qual constituirá um marco fundamental na história da Ordem.

Afinal, esta edição marcará a mudança na denominação do evento, que deixou de chamar-se *Conferência Nacional dos Advogados* para tornar-se *Conferência Nacional da Advocacia Brasileira*, como uma forma singela de explicitar a importância das mulheres advogadas, as quais correspondem à praticamente metade de todo o quadro de inscrições na OAB.

Para coroar essa mudança, será concedida a primeira Medalha Rui Barbosa a uma mulher, a Conselheira Federal Cléa Carpi, exemplo a inspirar advogados e advogadas de todo o País.





Além disso, esta Conferência será a terceira a ser sediada pela cidade de São Paulo, juntando-se, portanto, às edições de 1960 e 1970.

Não tenho dúvidas de que a Conferência deste ano será a maior realizada em São Paulo ou mesmo no Brasil, pois espera-se o comparecimento de mais de 20 mil pessoas, às quais serão oferecidas mais de 200 palestras, além de inúmeros estandes editorais e uma Tribuna Livre para a exposição e o debate de ideias.

Ao congregar participantes de todas as regiões do País, o evento será uma oportunidade ímpar de reunião de toda a advocacia pátria, cuja maior força está em saber aliar a diversidade geográfica à perfeita comunhão de valores, fundamentando-se na certeza de que o exercício profissional desimpedido é condição indispensável para a concretização da justiça.





Em consequência, o tema central escolhido para a 23^a Conferência Nacional da Advocacia Brasileira "Em Defesa dos Direitos Fundamentais: Pilares da Democracia, Conquistas da Cidadania" não poderia ser mais apropriado ao momento que atravessamos.

Afinal, o País demanda o protagonismo da advocacia para a defesa das garantias fundamentais duramente conquistas pela cidadania brasileira. Ademais, sobressai a constatação de que vivemos em uma democracia falha, desigual, por vezes até desumana, razão pela qual temos o dever de aprimorá-la.

Assim, é preciso caminhar, é preciso construir.

Se são vultosos os desafios, maiores devem ser os nossos esforços e a nossa capacidade de ação conjunta em prol de objetivos compartilhados.





Nesse sentido, concluo, estimadas e estimados presentes, reiterando as merecidas congratulações à OAB/São Paulo por sua história e reafirmando a certeza de que em novembro, nesta cidade, toda a sociedade e toda a advocacia estarão unidas na defesa da cidadania, por ocasião da XXIII Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, que temos a honra de lançar oficialmente neste momento.

Muito obrigado.